

ESCÂNDALO DO INSS

Crise das fraudes causa tensão entre ministros

Titular da CGU, Vinícius de Carvalho rebate críticas do chefe da Casa Civil, Rui Costa, e diz que fez alertas ao INSS sobre a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle

» VÍCTOR CORREIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Apesar de o governo buscar uma resposta unificada aos ataques da oposição, em meio ao escândalo do INSS, a tensão ficou evidente no fogo amigo entre o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho. Costa criticou publicamente a CGU, em entrevista publicada ontem, por não ter avisado com antecedência ao Executivo sobre o tamanho da crise que se desenhava. Carvalho respondeu durante a coletiva de imprensa, ontem, no Palácio do Planalto. Disse que o INSS foi alertado em várias reuniões sobre a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle.

“Foram feitas várias reuniões no INSS, que tiveram a presença de uma série de atores, com alertas sobre a necessidade de se melhorar os controles e revisar procedimentos, e, eventualmente, fazer recadastramento, reavaliação, revalidação, esse tipo de coisa”, frisou Carvalho, ao ser questionado por jornalistas. “Agora, o tamanho do problema, eu ia dizer aqui que a gente ficou sabendo no dia da operação, mas não sabemos. Porque você teve uma operação desencadeada naquele dia (23 de abril), com todas as medidas que mencionamos, e ainda temos desdobramentos. Foram 211 mandados de busca e apreensão, 800 policiais, 80 auditores da CGU envolvidos”, acrescentou.

A Operação Sem Desconto foi realizada em conjunto pela Polícia Federal e pela CGU e revelou o esquema criminoso que atingiu aposentados e pensionistas do INSS. Carvalho reforçou que a CGU atua de forma preventiva, fazendo auditorias e orientações em órgãos públicos para prevenir casos de corrupção, mas que a investigação, eventualmente, levou a uma ação policial para responsabilizar os criminosos.

“Muitas vezes, a atividade de prevenção vira repressão, porque você identifica um problema e, aí, você tem que atuar. Como o ministro (Jorge) Messias (Advocacia-Geral da União) falou, tinha um crime sendo cometido contra os aposentados brasileiros”, destacou.

A apuração da CGU começou no fim de 2023, e uma auditoria foi realizada no INSS no começo de 2024, com o objetivo de verificar a capacidade técnica e operacional, a documentação necessária para os descontos e o funcionamento dos instrumentos de controle.

O ministro frisou, ainda, que esse tipo de ação de combate à corrupção é rotina na Controladoria, com 70 operações especiais em conjunto com a PF realizadas desde 2024, e uma média

Antônio Cruz/ Agência Brasil.



Foram feitas várias reuniões no INSS, que tiveram a presença de uma série de atores, com alertas sobre a necessidade de se melhorar os controles e revisar procedimentos, e, eventualmente, fazer recadastramento, reavaliação, revalidação, esse tipo de coisa”

Vinícius Marques de Carvalho, ministro da CGU

Ed Alves/CB/OA.Press



Costa criticou o chefe da CGU pela forma como a apuração foi conduzida

de 500 a 600 auditorias por ano em órgãos públicos, com 4 mil recomendações.

Críticas na imprensa

Em entrevista ao jornal *O Globo*, Rui Costa reclamou que a CGU não alertou diretamente o governo sobre o esquema ilegal, que desviou ao menos R\$ 6,3 bilhões das contas de aposentados e pensionistas.

“O papel da Polícia Federal é apurar o crime. O da Controladoria é impedir o crime. São naturezas diferentes. A Controladoria-Geral tem o papel de evitar o problema, apontar falhas de procedimentos”, comentou o chefe da

Casa Civil. Ele afirmou também que a CGU não apresentou a dimensão do caso ao agora ex-ministro da Previdência Carlos Lupi, que pediu demissão por conta do escândalo.

Para Rui, isso causou a demora do governo para responder adequadamente à crise. “Ao fim e ao cabo, nós deixamos passar dois anos, período no qual mais pessoas foram lesadas, para poder corrigir o problema? O papel da Polícia Federal não é mesmo o de avisar nada a ninguém, é apurar ato criminoso. Ela está no papel dela, correto, sem reparo. Agora, a função de qualquer Controladoria é preventiva, e não corretiva ou punitiva”, enfatizou.

Entidade aciona o Supremo

» MAIARA MARINHO

O Instituto Nacional de Direito da Pessoa com Deficiência – Oceano Azul ajuizou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) na qual solicita que a Corte determine à União e ao INSS a apresentação de um plano de ação sobre o caso, detalhado e viável, no prazo de até 60 dias úteis.

O pedido inclui também a oitiva do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, além da intimação da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Justiça, para que apresentem a íntegra de seus relatórios sobre as fraudes.

As investigações da CGU e da Polícia Federal revelaram uma série de problemas no INSS, que, segundo o Instituto Oceano Azul, demonstra a omissão do órgão diante de irregularidades já conhecidas.

Para a entidade, o INSS falhou em coibir fraudes sistemáticas de forma eficaz, além de impor “barreiras administrativas injustificadas e desproporcionais ao acesso e à manutenção de direitos previdenciários e assistenciais”.

Tais condutas, segundo a petição, violam a dignidade da pessoa humana, o princípio da igualdade, a vedação ao tratamento discriminatório e a proteção especial assegurada pela Constituição às pessoas com deficiência e aos idosos.

A associação também requer que o STF determine a criação de mecanismos de consentimento e consulta expressos, adaptados às pessoas com deficiência, bem como a inclusão da sociedade civil na formulação de políticas de transparência no INSS.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Nome do papa sinaliza forte apoio à doutrina social da Igreja Católica

Aos 69 anos, escolhido o novo papa, o cardeal norte-americano Robert Francis Prevost adotou o nome Leão XIV. Nascido em Illinois, em Chicago, nos Estados Unidos, o sucessor do papa Francisco tem nacionalidade peruana, onde exerceu um bispado missionário. No Peru, se destacou como arcebispo emérito de Chiclayo, chegando aos mais altos escalões da Cúria Romana, em que foi sagrado cardeal há apenas dois anos. Alçado prefeito do Dicastério para os Bispos e presidente da Comissão Pontifícia para a América Latina pelo papa Francisco, tornou-se seu herdeiro pelas mãos de mais de dois terços (89) dos 133 cardeais votantes. Primeiro pontífice da história dos Estados Unidos, pediu paz a todos os povos.

Ao escolher o nome Leão XIV, Prevost faz uma homenagem a Leão XIII, papa entre 1878 e 1903, conhecido por sua ênfase na doutrina social da Igreja e pela encíclica *Rerum Novarum*, que abordou os direitos dos trabalhadores e a justiça social. Essa escolha sinaliza forte apoio à doutrina social da Igreja, diante dos desafios atuais da sociedade. Embora saudado pelo presidente Donald Trump, a escolha do novo papa tem grande impacto na vida religiosa e política dos Estados Unidos, país de maioria protestante, cujo alto clero católico é poderoso.

É muito emblemática a homenagem ao papa Leão XIII. Embora conservador em termos doutrinários, ele promoveu o estudo das ciências, da filosofia e das questões sociais. Foi um dos papas mais longevos e, também, um dos mais ativos intelectualmente. Revalorizou o pensamento de São Tomás de Aquino (tomismo) como fundamento da filosofia e teologia católicas na encíclica *Aeterni Patris* (1879).

No seu papado, a Europa vivia os efeitos da Revolução Industrial, com o surgimento de grandes centros urbanos, fábricas e uma nova classe operária, submetida a longas jornadas, baixos salários, ausência de direitos e alta exploração infantil e feminina. A *Rerum Novarum* (“Das Coisas Novas”) é considerada a pedra fundamental da Doutrina Social da Igreja.

Foi uma resposta à era industrial, especialmente às injustiças sociais e à ascensão de ideologias revolucionárias (como o socialismo e o anarquismo). Influenciou o surgimento de partidos democrata-cristãos, movimentos operários católicos e as encíclicas sociais *Quadragesimo Anno* (Pio XI, 1931), *Mater et Magistra* (João XXIII, 1961) e *Laborem Exercens* e *Centesimus Annus* (João Paulo II, 1981 e 1991).

Não por acaso, ontem, logo após ser anunciado, o primeiro discurso de Leão XIV destacou temas como paz, inclusão, justiça social e apoio aos marginalizados. Ele também expressou gratidão ao papa Francisco e mencionou sua ligação com o Peru. Leão XIV fez uma saudação à sua “querida diocese de Chiclayo, no Peru, onde um povo fiel acompanhou seu bispo, compartilhou sua fé”. Da sacada de São Pedro, no Vaticano, agradeceu seu antecessor: “Obrigado, papa Francisco!”.

Sua escolha representa a continuidade das reformas iniciadas por Francisco, com foco na descentralização da Igreja, no diálogo inter-religioso, no acolhimento dos imigrantes e na preservação do meio ambiente.

Pastorais sociais

A Doutrina Social da Igreja (DSI) no Brasil, após o Concílio Vaticano II (1962–65), teve um papel fundamental na defesa dos direitos humanos e nas lutas por justiça social, por meio de pastorais sociais, movimentos populares e políticas públicas. Nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, foi reinterpretada pela Teologia da Libertação. Os encontros de Medellín (1968) e Puebla (1979) foram decisivos para uma leitura latino-americana da doutrina, que acabou entrando em conflito com o alto clero romano. Frei Betto, Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, entre outros, são figuras importantes na Teologia da Libertação, que enfatizava a importância de analisar a realidade social, econômica e política para identificar as causas da opressão e da injustiça.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), por meio da Campanha da Fraternidade, criada em 1964, abordando temas como moradia, trabalho, fome, meio ambiente e segurança pública; o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que defende os direitos dos povos indígenas; a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que apoia os sem-terra e pequenos agricultores; e as pastorais Operária, da Juventude e Carcerária são porta-vozes da doutrina social católica.

Não à toa, os cardeais brasileiros tiveram um papel fundamental na escolha do novo papa. Nas três últimas décadas, os movimentos como a Renovação Carismática ganharam muita força, enquanto as pastorais sociais ficaram em segundo plano, sem grande apoio institucional. Desde a encíclica *Laudato Si'* (2015), do papa Francisco, porém, a doutrina social da Igreja ganhou um novo impulso, com foco no meio ambiente, na justiça climática e na ecologia integral.

Somos um dos países com maior número de agentes pastorais envolvidos com a doutrina social da igreja, apesar de perseguições, sobretudo na Amazônia e no campo. O papa Francisco, na Jornada Mundial da Juventude (JMJ), no Rio de Janeiro, em julho de 2013, com a presença de mais de 3,5 milhões de pessoas na praia de Copacabana para a missa final, contribuiu muito para isso, ao recomendar aos jovens católicos que fossem “revolucionários”.



Cartão Prato Cheio

ALIMENTAÇÃO GARANTIDA PARA 520 MIL PESSOAS, AGORA POR 18 MESES.



Maria Júlia e Dherick BENEFICIADOS COM O CARTÃO PRATO CHEIO

520 mil

PESSOAS CONTEMPLADAS



PARA SABER MAIS, ACESSE O QR CODE

Criado por este GDF em 2020, o Cartão Prato Cheio acaba de ser ampliado. O período de duração do benefício passou de 9 para 18 meses, mais 30 mil famílias foram incluídas no Programa e agora são 130 mil atendidas.

CARTÃO PRATO CHEIO. ESTE GDF NÃO PARA.

